



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 60 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1 – INTRODUÇÃO

I: Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e no § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, bem como o disposto no Decreto nº 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.250/2014, Decreto n. 9.488/2018 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico para eventual **aquisição de materiais de consumo para manutenção de bens imóveis (divisórias)**, para atender às demandas ordinárias - e aquelas derivadas do Pleito Eleitoral de 2020 - da Justiça Eleitoral de Rondônia.

2 – DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

2.1 DO OBJETO

I: **Aquisição de materiais de consumo para manutenção de bens imóveis (divisórias)**, para atender às demandas ordinárias - e aquelas derivadas do Pleito Eleitoral de 2020 - da Justiça Eleitoral de Rondônia.

2.1.1 DETALHAMENTO DO OBJETO

a) DEFINIÇÕES

Licitação: Conjunto harmônico de atos e procedimentos que objetivam garantir a observância do princípio constitucional da isonomia nas contratações públicas com seleção da proposta mais vantajosa.

Administração Pública: a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.

Contratada: empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou a Ata de Registro de Preço e eventualmente celebrou contrato com o TRE de Rondônia.

Termo de Referência: peça que descreve os elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Produtos ou Resultados: são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem entregues pela contratação.

B) A LEGISLAÇÃO APLICADA

I: Aplicam-se a esta contratação, não somente, mas, inclusive:

Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);

Decreto n. 5.450/2005, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.

Decreto n. 2.271/97 (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);

Lei n. 12.309, de 09 de agosto de 2010 (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências e limita o custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos orçamentários da União à composição dos custos unitários de insumos ou serviços sendo menores ou iguais à mediana de seus correspondentes na tabela do SINAPI);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.);

Decreto n. 9.488 de 30 de agosto de 2018 (Modifica o Decreto Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013);

Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;

Resolução Nº 201 de 03/03/2015: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

Resolução TSE nº 23.474/2016: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.

II: A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar as atualizações dos normativos citados acima e eventuais novas regulamentações, independente de transcrição.

C) ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

I: A montagem das divisórias será de responsabilidade da contratante;

II: Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

III: O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

IV: A contratada deverá oferecer o prazo de **garantia** para os equipamentos descritos por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V: A empresa licitante deverá informar, necessariamente, a **MARCA** do produto ofertado, bem como enviar imagens, prospectos, folders para fins de certificação do produto a ser licitado, uma vez que o nome adotado neste Termo de Referência pode diferenciar-se do nome do mesmo objeto a depender da região do fornecedor, e assim poderá ser verificado se o produto ofertado atende as exigências constantes neste Termo de Referência.

VI: Como orientação, deverá ser seguida a tabela 1:

TABELA 1	
ITEM	Descrição do item
1	Parafuso para madeira , bi cromatizado, medindo 4,0X25mm, tipo phillips, cabeça cha
2	Vidro liso comum , incolor, 4mm de espessura.
3	Tarugo de polietileno expandido , 10mm, cor cinza, para fixação de vidros em divisóri
Item 4 - LOTE ÚNICO	
A	Perfil (travessa) para divisória naval tipo baguete , barra medindo 6 metros de compr
B	Perfil (travessa) para divisória naval TIPO H , para instalação de divisória naval, per
C	Perfil (travessa) para divisória naval TIPO U , para instalação de divisória naval, per
D	Placas para divisória naval , com espessura de 35mm, miolo celular hexapan de papel
E	Porta para divisória , completa, largura 82cm, altura 210cm, espessura 4mm, encabeça
F	Leito do baguete para vidro em divisória , cor branca, perfil com comprimento da bar
G	Fechadura para divisória , conjunto completo de fechadura tubular, 3 pinos com chave

N1: No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 DO OBJETIVO

I: Antes de se estabelecer a abrangência e a eficácia das regras específicas contidas na fase inicial deste termo de referência, é preciso ter como objetivo central que as contratações pela Administração Pública sejam eficiente, econômica, razoável e proporcional, selecionando a proposta mais vantajosa para a APU, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o acórdão 276/2019 - plenário - TCU.

II: Assim sendo, além dos aspectos formais inerentes ao controle procedimental, a APU deve centrar esforços na avaliação qualitativa dos resultados, sob a lógica da oferta de serviços adequados aos cidadão.

III: In verbis:

"É chegada a hora de não mais se ler o artigo 3º da Lei 8.666/1993, e, especificamente, a expressão "mais vantajosa para a Administração" de maneira reducionista, interpretando-a como sendo meramente aquisições de menor preço. Voto do Ministro Aroldo Cedraz - acórdão 1977/2013 - plenário - TCU."

IV: Neste caso, a futura contratação visará dotar este Regional de suprimentos e materiais adequados para o regular desempenho de suas funções, atendendo as demandas dos diversos setores, compatibilizando o espaço físico do Tribunal a uma forma mais próxima ao desejável nível de labor desempenhado pelos funcionários.

2.3 DOS LOCAIS DE ENTREGA

I: A contratada deverá realizar a entrega do material no endereço abaixo:

TABELA - LOCAL DE FORNECIMENTO	
1	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
1.1	ANEXO II - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. JUSTIFICATIVA

I: Inicialmente, a Seção de Manutenção Predial – SEMAP é a unidade regimentalmente competente para inspecionar as unidades prediais e solicitar providências (contratar) atividades de manutenção predial e serviços de engenharia, incluindo a solicitação de materiais para o exercício de suas funções. O Art. 75 da Resolução TRE-RO nº 006/2015 - Regulamento da Secretaria do TRE-RO, lista o extenso rol das atribuições da SEMAP. Veja-se:

Da Seção de Manutenção Predial

Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:

I – executar as atividades de administração predial e serviços de engenharia; (sic: essa atribuição contém um erro de redação. Na verdade, a SEMAP assessora, de forma consultiva sob demanda, outras unidades pertinentes à área de engenharia, tais como a STI, SEAP. As atividades de administração predial competem à SEAP.

II – providenciar os serviços de remoção, transporte e alocação de móveis, máquinas e materiais nas dependências do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral;

III – inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

IV – inspecionar, sempre que solicitado, os prédios dos fóruns eleitorais do interior, solicitando providências para sua reforma, conservação ou reparação, inclusive quanto aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

V – acompanhar os técnicos na vistoria dos bens a serem reparados, zelando pelo patrimônio do Tribunal;

VI – fiscalizar a fiel execução dos contratos terceirizados de natureza contínua que têm por objeto a manutenção das instalações e dos equipamentos instalados no TRE;

VII – orientar, na Capital, a execução das instalações necessárias nos locais de votação e apuração de votos por ocasião dos pleitos eleitorais;

VIII – elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

IX – solicitar, receber, inspecionar e controlar o uso dos materiais pertinentes aos serviços de alvenaria, serralheria, marcenaria, carpintaria e hidráulico-sanitários a serem realizados;

X – elaborar propostas destinadas ao melhor aproveitamento funcional e estético do espaço físico dos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, solicitando e acompanhando as alterações necessárias, de acordo com as necessidades apontadas pela administração;

XI – elaborar estudos preliminares em projetos arquitetônicos de edificações, urbanismo e paisagismo;

XII – especificar, para compra e execução de reformas e adequações de espaços, os materiais a serem adquiridos por processos licitatórios, bem como os serviços necessários;

XIII – inspecionar os serviços de edificação e reforma dos prédios públicos cedidos à Justiça Eleitoral;

XIV – manter a guarda dos documentos relativos aos projetos e a execução de obras do Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XV – fornecer elementos para subsidiar na elaboração da proposta orçamentária concernente às obras de construção e reforma imobiliária;

XXII – exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico.

II: Atualmente, a Seção de Manutenção Predial possui carência dos materiais discriminados no detalhamento do objeto, sendo que este fato, isoladamente, já justificaria a necessidade de contratação.

III: No mês de maio de 2018, a Administração autuou o PSEI: [0001050-72.2018.6.22.8000](#) com a finalidade de formar Registro de Preços para fornecimento de tais materiais.

IV: Por não interesse do mercado, o edital 25/2018 [0302827](#) restou fracassado, sendo autorizada pela Diretora-Geral Substituta a contratação direta de parcela do objeto para atender à demandas prioritárias, conforme Despacho 4214 [0314345](#).

V: A SEMAP, unidade solicitante, havia manifestado pela repetição do pregão da parcela não atendida em contratação direta, conforme a manifestação 1196 [0311912](#).

VI: Contudo, para repetição do edital, as mesmas condições deveriam ser mantidas, o que restou impossível, visto que a Administração não poderia oferecer o mesmo quantitativo de itens inicial, devendo, necessariamente, realizar novo Termo de referência para contratação, procedendo, assim, esta unidade.

VII: Esta unidade possui algumas demandas programadas e em andamento, conforme tabela seguinte:

DEMANDA	REFERÊNCIA
Ajuste do layout da SGP	0003886-18.2018.6.22.8000
Ajuste do layout do Fórum Capital	Tratativas institucionais
Ajuste do Layout da SJGI	Tratativas institucionais
Ajuste do Layout da COMAP	SAC - Tratativas institucionais
Demandas supervenientes das eleições municipais de 2020.	Iminentes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

--	--

VIII: Por fim, justifica-se a contratação, por todo exposto, acrescentando a este Tribunal notórios benefícios, entre eles:

- a) Melhorias no ambiente interno;
- b) Mobilidade para adequações;
- c) Substituição de materiais danificados;

3.1 JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:

IX: A solução apontada, formação de registro de preços para fornecimento de materiais para montagem de divisórias neste tribunal já é utilizada neste órgão, sendo a única alternativa viável neste momento. Primeiramente, por não haver recursos disponíveis para pronta contratação; de forma secundária, por as atividades da SEMAP desenvolverem-se de forma continuada, atendendo às prioridades ordinárias de serviços e extraordinárias estabelecidas pela Administração, garantindo a infraestrutura necessária para o correto desenvolvimento das atividades institucionais deste Regional.

a) do agrupamento do item 4 em lote único

I: A Corte de Contas da União tem o entendimento de que a regra nas contratações pela Administração Pública seja o parcelamento dos itens, sendo o agrupamento em item único a exceção, conforme pode se verificar no Acórdão 86/2004 - plenário - TCU.

II: No item 08.01 do acórdão citado, o relator vota pelo seguinte termo:

" Se o parcelamento é, então, obrigatório, não poderá dele se afastar o gestor, a não ser **demonstrando a existência de condições para tanto**".

III: Em outro relato, em qualquer dos casos, a adjudicação em itens, a aglutinação (em grupos) ou divisão (em lotes), devem objetivar a ampliação da competitividade na licitação ou a melhor gestão contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme outrora ponderou o então Ministro José Jorge do TCU:

"A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo [processo](#) administrativo, a vantagem dessa opção"[3].

IV: É o que esta unidade apresenta justificando a decisão pela **UNICIDADE DO ITEM 4** fundamentando-se nas seguintes justificativas:

Aspectos técnicos:

1. Os materiais descritos no item 4 possuem compatibilidade intrinsecamente ligadas, visto que, produtos de diferentes fornecedores podem possuir diferenças que impessam o ajuste das placas em sua montagem.

2. Por mais que algumas dimensões sejam compatíveis, ainda assim, podem haver divergências em encaixes que impossibilitem o correto enquadramento e ficando em desuso estas aquisições.

Operacionalidade:

1. Ao retirar placas previamente instaladas para substituição por materiais incompatíveis, isto pode gerar uma situação ainda mais alarmante, visto que nem todos materiais são reaproveitáveis, pois os encaixes podem não ser compatíveis, ficando em desuso tais materiais.

2. Em razão disto, no caso da contratação em questão, **não se mostra conveniente** a divisão do objeto, **nem do ponto de vista técnico**, conforme demonstrado, nem sob a ótica **operacional** e também não atenderia à orientação da boa administração que se norteia, entre outros, pelo dever **de zelo e economicidade**, a saber:

Zelo e economicidade

1. O objeto pode ser descrito como "**Aquisição de materiais para consumo**", consoante descrição completa no objeto deste instrumento. A descrição genérica e a descrição pormenorizada dos serviços a serem executados evidencia que, apesar de se pretender contratar pessoa jurídica fornecedora de materiais, está implícito no objeto contratado a necessidade deste Tribunal em prover os setores de capacidade operacional de realizar as missões institucionais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II: Sendo assim, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I: Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades atuais e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II: Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações ordinárias para 2019, e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

III: Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

I: Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

I: Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

I: Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I: Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

II: De acordo com o art. 5º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal direta, a APU poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

III: Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens II, III e IV do artigo 5ª da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

"II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

IV: Em relação aos **materiais A e B do item 4 - Lote único** (placas para divisória naval e as porta para divisória): Comprovação de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938/81.

IV: Quaisquer outras normas de proteção ambiental expedidas pelos órgãos de fiscalização, em todas suas esferas, e que se apliquem ao município de Porto Velho/RO, deverão ser de observação obrigatória, independente de transcrição neste Termo de Referência.

6. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

I: Esta unidade **não possui ata de Registro de preços vigente** para este tipo de aquisição, pretendendo formar Registro de Preços, com previsão de aquisições no decorrer do 2º semestre de 2019 e 1º e de 2020.

II: É conveniente para a Administração que o material seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

a) Embora os quantitativos tenham sido dimensionados para a atender as demandas efetivas da Administração é conveniente a aquisição parcelada dos bens (art. 3º, II, do Decreto n. 7.892/2013) em razão das oscilações orçamentárias a que este órgão está submetido. Assim, dentro de critérios razoáveis - porém não definitivos - estimou-se a aquisição de apenas parte dos bens demandados para o primeiro semestre de 2019 e o restante para o segundo semestre de 2019;

b) A adoção da modalidade do Registro de Preço possibilitará a participação de outros órgãos da Administração Pública o que pode gerar economia de escala pelo aumento dos quantitativos a serem licitados (previsão do art. 3º, III, do Decreto n. 7.892/2013;

c) A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária. Isso implica em dizer que a Administração não precisa dispor de orçamento para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em maior eficiência e celeridade nas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades administrativas (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7892/2013).

III: Sobre o suporte orçamentário para garantir todas as aquisições que compõem o objeto da contratação, deve-se registrar que os constantes contingenciamentos que vêm sendo impostos a estes Regional não garantem que os recursos estarão disponíveis quando da efetiva necessidade. Tais óbices são solucionados pela adoção do registro de preço, posto que a Administração poderá, no decorrer do prazo de validade da ata, emitir os empenhos de acordo com a prioridade de execução e a efetiva disponibilidade orçamentária.

IV: Importante anotar que se tratando de registro de preços, o quantitativo licitado não obriga a Administração a adquirir o quantitativo total registrado na ARP. A aquisição dar-se-á de acordo com a efetiva conveniência e disponibilidade orçamentária. Inicialmente pretende-se adquirir o mínimo necessário para atender o 2º semestre de 2019.

6.2 DO REGISTRO DE “IRP”

I: Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a SEMAP manifesta-se **favoravelmente** ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa positiva, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

II: No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

a) – quantitativo total;

b) – quantitativo mínimo por aquisição (de cada item). **Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cuja pretensão seja inferior ao quantitativo mínimo definido no quadro contido no item 7.2 deste TR.**

c) – cronograma de aquisição;

d) – endereço completo do local de entrega;

e) – disponibilidade orçamentária;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) – responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

6.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

I: Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor (*caput* do Art. 22, do Decreto n. 7.892/2013).

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão:

I: em razão das especificações dos bens, de emprego bastantes comuns na maioria dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** a previsão de fornecimento para órgãos aderentes tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

II: De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

III: De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

IV: No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6.4 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

7. DO VALOR ESTIMADO

I: O valor estimado desta contratação é de **R\$ 57.686,98** (*cinquenta e sete mil, seissentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos*).

II: O valor estimado foi obtido através de pesquisa em painel de preços e cotações no mercado local, de acordo com a corte de contas - TCU, conforme Acórdão n. 718/2018.

III: Em casos excepcionais, e justificadamente, não foi possível obter três referenciais formalmente aprovados, seja pelo período de consulta em data máxima de 180 dias não existirem contratos com a APU ou desistesse do mercado local na participação de instrução de preços para procedimento licitatório.

IV: Este mesmo entendimento está consagrado pelo TCU em seu **Acórdão n. 1.266/2011 - Plenário, veja-se:**

"o entendimento é no sentido de que, no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que antecederem os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preço estimado. E que, caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada".

9. Citam-se como exemplo os Acórdãos n^{os} 3.506/2009-1^a Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1^a Câmara, 1.378/2008-1^a Câmara, 2.809/2008-2^a Câmara, 5.262/2008-1^a Câmara, 4.013/2008-1^a Câmara, 1.344/2009-2^a Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2^a Câmara e 3.219/2010-Plenário.

V: Nesses casos, as fichas de composição de custos estão anexadas com indicação dos procedimentos adotados nas planilhas de cotação e pesquisas de mercado, conforme os anexos I, II e IV, evento SEI. [0423330](#), 0423332 e 0423730.

VI: Após obter-se valores de referência mediante cotações e pesquisa de mercado em contratações similares na APU, referenciais formalmente aceitos, esta unidade chegou aos seguintes valores médios utilizados neste Termo de Referência, conforme tabela a seguir:

ITEM	Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	PESQ 1	PESQ 2
1	Parafuso para madeira	Unidade	10000	R\$:0,20	R\$:0,23
2	Vidro liso comum	Metro quadrado	60	R\$:148,98	R\$:174,49
3	Tarugo de polietileno expandido	Metro	200	R\$:0,48	R\$:
Item 4 - LOTE ÚNICO					
A	Perfil (travessa) para divisória naval tipo baguete	Unidade	40	R\$:43,49	R\$:32,45
B	Perfil (travessa) para divisória naval TIPO H	Unidade	300	R\$:32,45	R\$:18,00
C	Perfil (travessa) para divisória naval TIPO U.	Unidade	220	R\$:18,00	R\$:12,00
D	Placas para divisória naval	Unidade	200	R\$:155,00	R\$:92,37
E	Porta para divisória	Conjunto	40	R\$:183,49	R\$:285,00
F	Leito do baguete para vidro em	Unidade	80	R\$:12,00	R\$:11,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	divisória				
G	Fechadura para divisória	Unidade	20	R\$:106,00	R\$:85,00

ITEM 4 - LOTE ÚNICO**Total estimado para a Contratação**

VI: O preço referencial estimado deverá cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados.

VII: A contratação se refere apenas ao fornecimento do material, a montagem das estruturas de divisórias será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar o TRE-RO.

N1. A pesquisa distribuída no mercado local obteve a resposta de apenas dois interessados, visto ser esta uma dificuldade comum na elaboração de orçamentos nestas condições.

N2. Para que a cotação local seja considerada válida, é preciso confirmar a regularidade fiscal, o que esta unidade demonstrou no ANEXO III (evento sei n. [0423333](#)).

N3. O item n. 3, tarugo de polietileno, só obteve duas cotações disponíveis e oficiais para os últimos 180 dias. Contudo, encontra-se em uma faixa de preço compatível com anterior contratação realizada por este Regional, conforme PSEI [0001050-72.2018.6.22.8000](#).

7.2 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS

I: Por se tratar de fornecimento de bens de consumo, que deverão ser executados conforme necessidades deste órgão e que o levantamento foi efetuado com base em estimativa de

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consumo, a contratação deve ser feita através de Sistema de Registro de Preços.

II: De modo que as quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante a validade da Ata de Registro de Preços, podendo realizar a contratação nos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item.

III: Nessas circunstâncias, buscar-se-á efetivar as contratações da seguinte forma:

ITEM	MATERIAL	TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	2º SEMESTRE 2019 QUANTIDADE	1º SEMESTRE 2020 QUANTIDADE
3	parafuso para madeira	10000	Unidade	2500 unidades = 25%	2500 unidades = 25%
4	vidro comum	60	Metro quadrado	15 m² = 25%	15 m² = 25%
5	tarugo de polietileno	200	Metro	50m = 25%	50m = 25%

Item 4 - LOTE ÚNICO

A	perfil (travessa) para divisória naval tipo baguete	40	Unidade	10 unidades = 25%	10 unidades = 25%
B	perfil (travessa) para divisória naval tipo h	300	Unidade	75 unidades = 25%	75 unidades = 25%
C	perfil (travessa) para divisória naval tipo u	220	Unidade	55 unidades = 25%	55 unidades = 25%
D	placas para divisória naval	200	Unidade	50 unidades = 25%	50 unidades = 25%
E	porta para divisória	40	Conjunto	10 conjuntos = 25%	10 conjuntos = 25%
F	leito do baguete para vidro em divisória	80	Unidade	20 unidades = 25%	20 unidades = 25%
G	Fechadura para	20	Unidade	5 unidades = 25%	5 unidades = 25%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	divisória				
--	-----------	--	--	--	--

JUSTIFICATIVA PARA OS QUANTITATIVOS EM PATAMARES REDUZIDOS: Face aos constantes contingenciamentos impostos a este Regional adota-se a possibilidade de aquisição mínima dos itens, embora se pretenda adquirir a totalidade dos produtos licitados.

8. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

I: Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade da reserva orçamentária, entendendo não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessário a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

II: Contudo, foi incluído na proposta de orçamento de 2019 para o fundo AIEF MANFRE, que custeará as despesas de manutenção predial, a rubrica no valor de R\$ 400.000,00, conforme evento sei nº [0314951](#),

Categoria	Orçamento ordinário
Agregador	Manutenção Predial
Despesa agregada	Contrato de manutenção predial sob demanda
Plano interno	AIEF MANPRE
Rubrica registrada	R\$ 400.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUSTIFICATIVA PARA OS QUANTITATIVOS EM PATAMARES REDUZIDOS: Face aos constantes contingenciamentos impostos a este Regional adota-se a possibilidade de aquisição mínima dos itens, embora se pretenda adquirir a totalidade dos produtos licitados.

9. DO CERTAME LICITATÓRIO

9.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

I: Tratam-se bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, opinamos que seja adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, para formação registro de preços, do tipo menor preço, **por item**, na forma de fornecimento parcelado, consoante as condições definidas neste TR.

9.2. DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

I: Considerando que os valores individuais estimados para os itens da contratação pretendida não excedam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

II: Por sua vez, essa medida não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que contratações similares foram realizadas com empresas dessa categoria econômica.

9.3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I: Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados.

II: O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

III: A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:

a) - O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

b) - As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO** dos objetos ofertados.

c) - A similaridade dos equipamentos apresentados pelas empresas participantes consiste em atender às exigências contidas nas especificações dos equipamentos, detalhadas no item 2 deste Termo de referência.

d) - O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.

IV: Em relação aos materiais A e B do item 4 - Lote único (placas para divisória naval e as porta para divisória): As licitantes que apresentarem propostas para esses materiais deverão apresentar, **SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA**, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.

IV: DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS: Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o Pregoeiro se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta.

V: O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

VI: Os equipamentos deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

VII: Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos equipamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

VIII: As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

IX: O prazo de **garantia** para os equipamentos descritos em todos itens não poderá ser inferior a 12 (doze) meses a partir do Recebimento Definitivo.

10. DAS HABILITAÇÕES EM GERAL

10.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

I: A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:

a) Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;

b) Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste termo de referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

I: A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

- a) Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
- b) regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
- c) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbabilidade Administrativa (CNJ).

10.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I: Os licitantes deverão apresentar:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93, e, adicionalmente:

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

12. DO CONTRATO

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

II - Promover, através dos fiscais dos contratos, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, notando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

III - Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidos neste instrumento;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal ao local de entrega, quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

VII - Efetuar o recebimento provisório dos bens, no ato da entrega, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado, por se tratar de bens de consumo, do TRE-RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

VIII - Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste termo de referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado, por se tratar de bens de consumo, do TRE-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 04/2011 deste TRE-RO.

IX - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

b) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;

c) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

X - Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, com atesto no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Patrimônio do TRE-RO. Serão feitas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho e CNJ;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(\text{TX})}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI: A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e edital;

II - Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) O material solicitado deverá ser entregue no endereço indicado neste Termo de Referência.

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Manutenção Predial do TRE-RO.

II - Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

III - Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará no direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

IV - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

V - Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também na Justiça do Trabalho e no Conselho Nacional de Justiça;

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VII - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I: As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

14.1. SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 2% (dois cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou não substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Atraso nos prazos por descumprimento de substituição do material dentro do prazo de garantia de 1 ano:

a) multa de 2% (dois por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicada sobre o valor total do contrato (nota de empenho);

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) A ocorrência de mais de 3 (três) descumprimentos poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

14.2. SANÇÕES PUNITIVAS: Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) advertência;

b) **multa sobre o valor do contrato**, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 15% (quinze por cento) caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b3) de 15% (quinze por cento) por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b4) de 30% (trinta por cento) caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

I: Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

II: O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

III: A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

IV: Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

V: As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

VI: O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I: A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

II: A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definida em ato formalizado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

IV: Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do contrato a pessoa diversa.

V: É vedada designação de servidor que:

a) possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;

b) seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;

c) tenha parentesco com membro da família do contratado;

d) por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

VI: O Gestor do Contrato poderá ser designado para acumular as funções de fiscalização.

15.1 DAS COMPETÊNCIAS DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;

II - manter arquivo com dados atualizados do representante da contratada, contendo documentos pertinentes à sua qualificação, ao desempenho de suas atribuições e a forma de contato;

III - atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

IV - conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada, cientificando o gestor do contrato para instruir possível processo de sanção contratual;

V - comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

VI - exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilize o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo Tribunal;

VII - comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

VIII - recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;

IX - comunicar à contratada, mediante correspondência com aviso de recebimento, cujas cópias deverão ser juntadas aos autos para ciência do gestor, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados;

X - comunicar ao gestor do contrato os danos porventura causados pelos empregados da contratada, para as providências reparadoras;

XI - receber, provisoriamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, imediatamente, produtos/bens que não correspondam ao contratado;

XII - testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

XIII - analisar, conferir e atestar as notas fiscais e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

XIV - comunicar ao gestor do contrato eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XV - fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

XVI – dar ciência ao gestor do contrato sobre a necessidade de atualização documental para manutenção das condições de habilitação ou atendimento de exigências legais supervenientes, o qual oficiará à contratada;

XVII– verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização, pelos empregados da empresa, dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor do contrato para promoção do possível processo punitivo contratual;

XVIII - exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

XIX - comunicar ao gestor do contrato, mediante provocação do requisitante, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vista à economicidade e à eficiência na execução contratual;

XX - cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências;

XXI– zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras;

XXII – exercer quaisquer outras atribuições, inclusive as deste capítulo, derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública, de forma exclusiva e sem interferências;

XXIII - praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo gestor do contrato, pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.2 DAS COMPETÊNCIAS DO GESTOR DO CONTRATO

I: zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma suplementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II: promover as medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento do contrato;

III: proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

IV: registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada aos autos;

V: juntar nos próprios autos ou em APENSO especialmente aberto com este fim, quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar, as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, o qual será parte integrante do processo de contratação respectivo;

VI: exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;

VII: dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual;

VIII: aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

IX: comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação ou de prorrogação do contrato

X: acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI: exercer estas e quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública, de forma exclusiva e sem interferências.

XII: solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicos do Tribunal.

XIII: praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal.

16. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

I: As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

17. ANEXOS

I: Fazem parte deste termo de referência os seguintes anexos:

ANEXO I - Cotação mercado local I [0423330](#);

ANEXO II - Cotação mercado local II [0423332](#);

ANEXO III - Regularidade fiscal [0423333](#);

ANEXO IV - Pesquisa banco de preços [0423730](#).

18. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

I: As especificações e regras gerais deste Termo de Referência foram elaboradas pelo servidor Michel Andrade do Nascimento, sob supervisão e acordo diretos do Chefe da SEMAP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Michel Andrade do Nascimento
Técnico Judiciário - Área Administrativa

De acordo. Encaminhem-se à **COMAP**.

Frank Cesar Busatto
Chefe da Seção de Manutenção Predial - SEMAP

Em 28 de junho de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Chefe de Seção**, em 02/07/2019, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Técnico Judiciário**, em 02/07/2019, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001545-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: semap

ASSUNTO: Análise final - Pregão Eletrônico nº 017/2019 – Formação de Registro de Preços – aquisição de bens de consumo, consistente em **MATERIAIS PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS**.

PARECER JURÍDICO Nº 0457356 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial – SEMAP deste TRE/RO ([0423270](#)), objetivando a **aquisição de bens de consumo**, consistente em **MATERIAIS PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS**, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das Eleições 2020 ([0428649](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise do Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2019, posteriormente convertido para o n. 017/2019 ([0450285](#) e [0450989](#)). A divulgação do certame se deu pelo Aviso de licitação ([0450286](#)) e publicação do certame ([0451443](#)).

03. Houve uma solicitação de preço estimado ([0455423](#)). Não houve impugnação ao edital. Não houve pedido de esclarecimento.

04. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) Relatório de propostas do pregão nº 017/2019 ([0455424](#));
- b) Anexo – Habilitação ELLEN ([0456372](#)); Anexo – Habilitação DIRCEU ([0456376](#));
- c) Ata do Pregão Eletrônico ([0456385](#));
- d) Resultado de Licitação por Fornecedor ([0456387](#));
- e) Termo de Adjudicação ([0456389](#));
- f) Resultado da Licitação SLC ([0456390](#)).

05. A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral veio aos autos nos eventos [0456396](#) e [0457170](#).

06. Não houve manifestação de intenção de recurso pelas licitantes.

07. Por fim, veio aos autos o relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0456398](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 017/2019.

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal n. 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei n. 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal n. 5.450/05.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei n. 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve pedido de esclarecimento. Não houve impugnação ao Edital. Houve uma solicitação do valor estimado, o que foi devidamente respondido ([0455423](#)).

II - Desclassificação da proposta de forma sumária: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados no sistema COMPRASNET ([0455424](#)) e na Ata do Certame ([0456385](#)).

IV – Fase de negociação/aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. Dentre os 3 (três) itens e o único lote com valores negociados no certame, foram aceitas as propostas pelo melhor lance para os itens 1, 2 e 3. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro, cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório. Quanto ao único lote o Pregoeiro recusou proposta, pois, na negociação, as licitantes não a responderam. **Correta a recusa do Pregoeiro, pautada nas regras editalícias.**

V - Cancelados na aceitação: Sim, lote 01.

VI - Item deserto: Não houve.

VII – Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes: ELLEN MOALLEM & CIA LTDA, CNPJ 08.084.695/0001-49 ([0456372](#)) e DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS, CNPJ 25.288.702/0001-43 ([0456376](#))

VIII – Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Comprova-se que os prazos recursais acham-se vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. Por fim, releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se economia.

13. Destaca-se que o **lote 01 restou fracassado**, pois as propostas foram recusadas devido aos seguintes motivos: licitante não aceitou reduzir o preço e licitante não respondeu à negociação

14. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

15. Embora se tenha registros de lote fracassado, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0456385](#)).

16. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0456389](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Poderá, ainda, a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ou, ainda, realizar o cadastramento do lote específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. De toda forma, deverá a unidade solicitante – Seção de Manutenção Predial - se pronunciar acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

À consideração da autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 19/09/2019, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 19/09/2019, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001545-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Pregão Eletrônico 17/2019 - Aquisição de bens de consumo – MATERIAIS PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS. Homologação.

DESPACHO Nº 4611 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP objetivando a aquisição de bens de consumo, consistente em **materiais para montagem de divisórias**, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias e as decorrentes das Eleições Municipais 2020, conforme descrito no item 2.1 do Termo de Referência 60 ([0423270](#) e [0428649](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 16/2019, posteriormente convertido para o nº 17/2019 ([0450285](#) e [0450989](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a ata do Pregão Eletrônico ([0456385](#)); resultado de licitação por fornecedor ([0456387](#)); termo de adjudicação ([0456389](#)); resultado da Licitação SLC ([0456390](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0456396](#) e [0457170](#)).

Houve 1 (uma) solicitação de preço estimado, sendo devidamente respondido ([0455423](#)). Ademais, não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital, bem como não houve manifestação de intenção de recurso pelas licitantes.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedores do certame os seguintes licitantes: a) ELLEN MOALLEM & CIA LTDA, CNPJ 08.084.695/0001-49 ([0456372](#)); e b) DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS, CNPJ 25.288.702/0001-43 ([0456376](#)).

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro encerrou a sessão e adjudicou o objeto às vencedoras, perfazendo o valor total do certame R\$ 7.445,38 (sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos) ([0456390](#)).

Destaca-se que **o lote 01 restou fracassado**, pois as propostas foram recusadas devido aos seguintes motivos: licitante não aceitou reduzir o preço e licitante não respondeu à negociação.

A AJDG opinou, em síntese, pela homologação do certame nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0456389](#)) e pela possibilidade da Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do item fracassado com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento do lote específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ([0457356](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis ns.º 8.666/93 e 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenha restado fracassado o item supramencionado, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0456385](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 17/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação [0456389](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEMAP para se manifestar sobre a contratação direta do lote 1 com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 20/09/2019, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019

ARP nº. 74/2019

PROCESSO nº. 0001545-82.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 17/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e, CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS 69596760297**, inscrita no CNPJ sob o nº. **25.288.702/0001-43**, com sede na Rua Ana Caucaia, nº. 6704 – Lagoinha. CEP: 76.829-668. Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. Telefone(s): (69) 3214.2423 e 98459.4601. E-mail(s): redboxvidracaria@gmail.com e dirceufernandes@live.ca, neste ato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

representada pelo senhor **DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS**, brasileiro, portador do **RG nº. 662273 – SSP/RO**, e **CPF nº. 695.967.602-97**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 02 do Edital. Vidro liso comum, incolor, 4mm de espessura.	M²	60	99,9900	5.999,40
02	Item 03 do Edital. Tarugo de polietileno expandido, 10mm, cor cinza, para fixação de vidros em divisórias.	M	200	1,2299	245,98
Valor Total da ARP (R\$)					6.245,38

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, Edifício sede. Anexo II – Seção de Almoxarifado, sito à Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho – RO. CEP 76.805-859, mediante agendamento pelos telefones (69) 3211.2092 e 3211. 2051.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRERO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 25 de setembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	Roberto Cavalcanti CPF: 255.812.874-49 2ª Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 25/09/2019, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/09/2019, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/09/2019, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 26/09/2019, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190183
Disponibilização: 27/09/2019
Publicação: 30/09/2019



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços nº. 73 e 74/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 17/2019/TRE-RO. Processo SEI 0001545-82.2019.6.22.8000. 1ª) ARP nº. 73/2019 – Adjudicatária: **ELLEN MOALLEM & CIA LTDA**, CNPJ: **08.084.695/0001-49**. Objeto: **I) Item 01 do Edital**. Parafuso para madeira, bi cromatizado, medindo 4,0X25mm, tipo Philips, cabeça chata. Marca: Ciser; Unid. Quant. 10000. Valor Unit. R\$ 0,12; Valor Total da ARP R\$ 1.200,00. 2ª) ARP nº. 74/2019 – Adjudicatária: **DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS 69596760297**. Objeto: **I) Item 02 do Edital**. Vidro liso comum, incolor, 4mm de espessura. Unid. M². Quant. 60. Valor Unit. R\$ 99,9900. Valor total do item R\$ R\$ 5.999,40. **II) Item 03 do Edital**. Tarugo de polietileno expandido, 10mm, cor cinza, para fixação de vidros em divisórias. Unid. M. Quant. 200. Valor Unit. R\$ 1,2299. Valor total do item R\$ 245,98. Valor Total da ARP R\$ 6.245,38. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, em 26.09.2019 e pelos representantes das empresas em datas diferentes.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 26/09/2019, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069 Nº 189, segunda-feira, 30 de setembro de 2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 04 ao Contrato n. 61/2006, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório da 165ª ZE, em Feliz-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Lotário Alcides Kirch e a Sra. Lúcia Schmitz Kirch. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marlene Bonzanini, Sr. Lotário Alcides Kirch e Sra. Lúcia Schmitz Kirch. Proc. SEI n. 0002482-22.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 27-9-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 51/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 18/09/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento de grupo motor gerador, com prestação de serviços de instalação para prédio da Justiça Eleitoral, em Porto Alegre-RS. Total de Itens Licitados: 00001. Novo Edital: 30/09/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Padre Cacique, 96. Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/10/2019, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor - Geral

(SIDEC - 27/09/2019) 070021-00001-2019NE000059

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 49/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor e preço unitário: Adan Ambiental - Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., R\$ 5,79.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019.0.000005302-3. OBJETO: Inscrição de 5 servidores no curso "Excel Avançado Aplicado ao Setor Público", na modalidade presencial, nesta cidade. CONTRATADA: One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda. CNPJ: 06.012.731/0001-33. FUNDO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 10.620,00. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs nºs. 73 e 74/2019, Pregão Eletrônico TRE-RO 17/2019. Processo SEI 0001545-82.2019.6.22.8000 - SEI. 1ª) ARP 73/2019 - Adjudicatária: ELLEN MOALLEN & CIA LTDA. CNPJ: 08.084.695/0001-49. II) Item 01 do Edital. Quant. 10000. Vir. Unit. R\$ 0,12; Vir. da Ata R\$ 1.200,00. 2ª) ARP 74/2019 - Adjudicatária: DIRCEU ERNANDES DOS SANTOS 69596760297. CNPJ: 25.288.702/0001-43. I) Item 02 do Edital. Unid. M². Quant. 60. Vir. Unit. R\$ 99,99; II) Item 03 do Edital. Unid. M. Quant. 200. Vir. Unit. R\$ 1,2299. Vir. da Ata R\$ 245,98. Valor Total das ARPs: R\$ 6.245,38. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pelos representantes das empresas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2019 - UASG 70020

Nº Processo: 31.411/2019. Objeto: Aquisição e instalação de condicionadores de ar para o Anexo I do TRESC. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 30/09/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior N.º 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00052-2019. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2019).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 27/09/2019) 70020-00001-2019NE000115

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 94/2019

Objeto: Pregão Eletrônico visando o Registro de Preços para aquisição de extintores de incêndio. O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagraram-se vencedoras as licitantes F R INDUSTRIA E COMERCIO DE EXTINTORES LTDA, para o item 1 e EXTINORPI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, para o item 2.

São Paulo - SP, 26 de setembro de 2019.
RICARDO MENDONÇA FALCÃO
Pregoeiro

SILVANA SALES SCARDINI
Analista Judiciário

(SIDEC - 27/09/2019) 070018-00001-2019NE000068

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2019 - UASG 70018

Nº Processo: 55489-85.2019. Objeto: Aquisição de material de expediente. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 30/09/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisco Miquelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00089-2019. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/10/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIASGnet - 25/09/2019) 70018-00001-2019NE000068

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0010592-42.2019 Credenciamento nº 33/2019. Objeto: Prestação de serviços na área de saúde na especialidade de Anestesiologia. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 43/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO TOCANTINS (COOPANEST-TO), CNPJ 00.577.777/0001-13. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 26/09/2019. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristiane Regina Boechat Tose, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Mario Sergio Fortes Borges.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 26/2019, Processo Administrativo Eletrônico nº 0000985-05.2019. Objeto: Aquisição de medicamentos odontológicos. Adjudicatária: 1) D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 02.228.938/0001-99, para os itens 1 e 3, no valor total de R\$ 1.911,00 (mil, novecentos e onze reais) e 2) PRHODENT COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA, CNPJ: 93.327.161/0001-75, para o item 2, no valor total R\$ 856,86 (oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

Palmas-TO, 27 de setembro de 2019.
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2019 - UASG 70027

Nº Processo: 9421-50.2019. Objeto: Registro de preços para aquisição de veículos, conforme quantitativos, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do Edital. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 30/09/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Teotônio Segurado, 202, Norte, Conjunto 01 Lotes 01/02, Plano Diretor - Palmas/TO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70027-5-00034-2019. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/10/2019 às 15h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LILIA RACHEL BARROS ROCHA
Técnico-judiciário

(SIASGnet - 27/09/2019) 70027-00001-2019NE000146

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

EDITAL Nº 15 TJDF NOTÁRIOS E OFICIAIS DE REGISTRO, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS
EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO DISTRITO FEDERAL

O DESEMBARGADOR ROMÃO C. OLIVEIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, torna públicas a relação dos candidatos que compareceram ao exame psicotécnico, a relação dos candidatos que entregaram a documentação a ser avaliada referente ao laudo neurológico e ao laudo psiquiátrico, bem como a convocação para a entrevista pessoal e para a análise de vida pregressa, referentes ao concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de serventias extrajudiciais de notas e de registro do Distrito Federal.

1. DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE COMPARECERAM AO EXAME PSICOTÉCNICO
1.1 Relação dos candidatos que compareceram ao exame psicotécnico, na seguinte ordem: modalidade de outorga, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.
1.1.1 PROVIMENTO
10001356, Andre Zech Sylvestre / 10000668, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000790, Cristiano Quintela Soares / 10000142, Dionata Luis Holdefer / 10000868, Eduardo Anesi Nogueira / 10000341, Fabiano Ferreira Costa / 10000524, Fabio da Silva Franca / 10000135, Fernanda Loures de Oliveira / 10001323, Gabriel Abbad Silveira / 10000583, Gabriel Augusto Martins Alves / 10000798, Leonardo Aquino Moreira Guimaraes / 10000949, Luiz Ramos Rego Filho / 10001284, Manuela Sobral Martins e Rocha / 10000776, Marcos Claro da Silva / 10000771, Pierre Oliveira Batista Saldier / 10001335, Rodrigo Brandao Se / 10000880, Tamara Cordeiro Polo Mendes / 10000380, Thiago Elizio Lima Pessoa.

1.1.2 REMOÇÃO
10000667, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000894, Fabiana Perillo de Farias / 10000131, Fernanda Loures de Oliveira / 10000333, Raphael Abs Musa Lemos.
2 DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE ENTREGARAM A DOCUMENTAÇÃO A SER AVALIADA REFERENTE AO LAUDO NEUROLÓGICO E AO LAUDO PSIQUIÁTRICO
2.1 Relação dos candidatos que entregaram a documentação a ser avaliada referente ao laudo neurológico e ao laudo psiquiátrico, na seguinte ordem: modalidade de outorga, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.
2.1.1 PROVIMENTO
10001356, Andre Zech Sylvestre / 10000668, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000790, Cristiano Quintela Soares / 10000142, Dionata Luis Holdefer / 10000868, Eduardo Anesi Nogueira / 10000341, Fabiano Ferreira Costa / 10000524, Fabio da Silva Franca / 10000135, Fernanda Loures de Oliveira / 10001323, Gabriel Abbad Silveira / 10000583, Gabriel Augusto Martins Alves / 10000798, Leonardo Aquino Moreira Guimaraes / 10000949, Luiz Ramos Rego Filho / 10001284, Manuela Sobral Martins e Rocha / 10000776, Marcos Claro da Silva / 10000771, Pierre Oliveira Batista Saldier / 10001335, Rodrigo Brandao Se / 10000880, Tamara Cordeiro Polo Mendes / 10000380, Thiago Elizio Lima Pessoa.

2.1.2 REMOÇÃO
10000667, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000894, Fabiana Perillo de Farias / 10000131, Fernanda Loures de Oliveira / 10000333, Raphael Abs Musa Lemos.

3 DA CONVOCAÇÃO PARA A ENTREVISTA PESSOAL
3.1 Convocação dos candidatos para a entrevista pessoal, na seguinte ordem: local, data e horário de realização da entrevista pessoal, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.
3.1.1 LOCAL: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - Fórum Milton Sebastião Barbosa - Instituto Ministro Luiz Vicente Cerinchiaro - Praça Municipal, lote 1, bloco A, 10º andar, Brasília/DF.

3.1.1.1 DATA: 6 de outubro de 2019 - HORÁRIO: 13 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília/DF).
10001356, Andre Zech Sylvestre / 10000667, 10000668, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000790, Cristiano Quintela Soares / 10000142, Dionata Luis Holdefer / 10000868, Eduardo Anesi Nogueira / 10000341, Fabiano Ferreira Costa / 10000524, Fabio da Silva Franca / 10000135, Fernanda Loures de Oliveira / 10001323, Gabriel Abbad Silveira / 10000583, Gabriel Augusto Martins Alves / 10000798, Leonardo Aquino Moreira Guimaraes / 10000949, Luiz Ramos Rego Filho / 10001284, Manuela Sobral Martins e Rocha / 10000776, Marcos Claro da Silva / 10000771, Pierre Oliveira Batista Saldier / 10001335, Rodrigo Brandao Se / 10000880, Tamara Cordeiro Polo Mendes / 10000380, Thiago Elizio Lima Pessoa.

3.1.1.2 LOCAL: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - Fórum Milton Sebastião Barbosa - Instituto Ministro Luiz Vicente Cerinchiaro - Praça Municipal, lote 1, bloco A, 10º andar, Brasília/DF.

3.1.1.3 DATA: 6 de outubro de 2019 - HORÁRIO: 13 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília/DF).
10001356, Andre Zech Sylvestre / 10000667, 10000668, Breno de Andrade Zoehler Santa Helena / 10000790, Cristiano Quintela Soares / 10000142, Dionata Luis Holdefer / 10000868, Eduardo Anesi Nogueira / 10000341, Fabiano Ferreira Costa / 10000524, Fabio da Silva Franca / 10000135, Fernanda Loures de Oliveira / 10001323, Gabriel Abbad Silveira / 10000583, Gabriel Augusto Martins Alves / 10000798, Leonardo Aquino Moreira Guimaraes / 10000949, Luiz Ramos Rego Filho / 10001284, Manuela Sobral Martins e Rocha / 10000776, Marcos Claro da Silva / 10000771, Pierre Oliveira Batista Saldier / 10001335, Rodrigo Brandao Se / 10000880, Tamara Cordeiro Polo Mendes / 10000380, Thiago Elizio Lima Pessoa.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019093002170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

